

Vivemos tempos desafiadores que nos trouxeram situações inesperadas e mudanças profundas no contexto no qual estamos inseridos. Tais mudanças demandam ajustes na forma como atuamos na sociedade a fim de que possamos comunicar com efetividade a mensagem de esperança em Cristo Jesus. As necessidades físicas, materiais e espirituais da sociedade sofreram mudanças radicais. Por isso, nossas igrejas e organizações devem estar preparadas para dar respostas rápidas, acolhedoras, criativas e fundamentadas na Bíblia.

Num contexto assim o exercício da liderança torna-se mais desafiador ainda.

Um novo ano se aproxima e devemos investir um precioso tempo identificando as oportunidades de comunicar o evangelho que surgem em meio aos desdobramentos dessa pandemia.

A igreja ocupa um papel especial na sociedade em várias áreas. Uma delas de relevante importância é a prevenção e o combate à dependência química. Trazemos nesta edição um artigo muito importante para servir de base à reflexão que devemos fazer sobre este assunto. Em nossa nação temos milhões de dependentes químicos que carecem de nossa ajuda, além das famílias que precisam atuar na prevenção desta realidade que tem ceifado vidas preciosas.

Nesse tempo que demanda muita flexibilidade podem surgir conflitos de interesse entre as áreas ou organizações. A liderança deve estar atenta para resolver cada um deles com sabedoria e criatividade de forma que não haja desgastes nos relacionamentos.

Trazemos nesta edição um texto sobre o tripé de um bom líder de equipe. Trazemos outros artigos sobre liderança a fim de servir à sua igreja ou organização com o preparo de uma liderança efetiva.

Em tempos críticos como esses em que vivemos, o papel da família torna-se mais relevante ainda para as pessoas. Por isso, trazemos um artigo muito especial que apresenta os desafios para uma família nos tempos de hoje.

Esperamos sinceramente que os artigos apresentados nesta edição sejam relevantes para você e sua liderança. Seu retorno sobre o conteúdo de nossas edições nos ajuda a aprimorar a forma como estamos servindo ao seu ministério. Suas sugestões de temas também são muito bem-vindas.

Boa leitura.

ADMECLESIASTICA

ISSN 1984-8684

Literatura Batista

Ano 48 • Nº 192

Administração Eclesiástica é uma revista preparada especialmente para a liderança da igreja – pastores, diáconos, seminaristas, educadores religiosos e diretoria – visando a um melhor desempenho de seu ministério nas diferentes áreas de atuação

Copyright © Convicção Editora
Todos os direitos reservados

Proibida a reprodução deste texto total ou parcial por quaisquer meios (mecânicos, eletrônicos, fotográficos, gravação, estocagem em banco de dados etc.), a não ser em breves citações, com explícita informação da fonte

Publicado com autorização
por Convicção Editora
CNPJ (MF): 08.714.454/0001-36

Endereços

Caixa Postal, 13333
CEP: 20270-972 – Rio de Janeiro, RJ
Telegráfico – BATISTAS

Editor

Sócrates Oliveira de Souza

Coordenação Editorial

Solange Cardoso de Abreu d’Almeida
(RP/16897)

Redação

Davidson Pereira de Freitas

Produção Editorial

Oliverartelucas

Produção e Distribuição

Convicção Editora
Tel.: (21) 2157-5567
Rua José Higino, 416 – Prédio 16
Sala 2 – 1º Andar – Tijuca
Rio de Janeiro, RJ
CEP 20510-412
convicao@convicaoeditora.com.br



A perspectiva religiosa na prevenção e restauração de vidas na guerra das drogas



Cinco mitos sobre administração de conflitos



Construindo sobre os escombros dos outros



Líder, você sabe liderar?
Uma reflexão sobre o que é liderança e o que é ser líder



Onde está minha liderança?



Os desafios para a família nesse novo tempo



Tripé de um bom líder de equipe



A perspectiva religiosa na prevenção e restauração de vidas na guerra das drogas

Há alguns anos, participando de um ciclo de palestras sobre a “Liberdade religiosa” promovido pela OAB/SP, após apresentação do Coral da Cristolândia de São Paulo, comentamos com colegas professores universitários presentes que, certamente, havia outras e eficientes formas de combater o fragelo das drogas e ajudar pessoas dependentes do vício, mas que não se podia negar que o vínculo religioso, lastrado na

fé, era efetivamente um deles e que não poderia, de forma alguma, ser desprezado pela sociedade civil organizada, com base em preconceito sobre a crença do cidadão num Estado laico; destacando que esta atuação é voltada para jovens e adultos, numa estratégia de resgate do vício, que destrói vidas e famílias de usuários, sobretudo os mais pobres, que não têm acesso a tratamentos médicos adequados e nem contam com suporte familiar, envolvendo-se, para



Gilberto Garcia

Advogado, pós-graduado e Mestre em Direito. Professor universitário e presidente da Comissão Especial de Direito e Liberdade Religiosa do IAB (Instituto dos Advogados Brasileiros). Autor dos livros: “O novo Código Civil e as igrejas” e “O direito nosso de cada dia”, Editora Vida e “Novo direito associativo”. É coautor nas obras coletivas: “Questões controversas – Parte Geral do Código Civil”, Editora Método/Grupo GEN, e “Direito e cristianismo”, Editora Betel, e do DVD – “Implicações tributárias das igrejas”, Editora CPAD. Editor da Revista Eletrônica de Direito Religioso site: www.direitonosso.com.br/facebook: www.fb.com/odireitonosso

manter o vício, no mundo do crime, sendo desafiante o processo de resgate de uma pessoa, sobretudo, os embasados em crises existenciais, pois revelam a importância dos esforços de todos envolvidos, os quais investem vida, tempo, talentos, recursos, relacionamento espiritual e social, sendo testemunhas de milagres de restauração que têm acontecido em vidas e famílias soerguidas das drogas.

Por isso, relevantíssimo para a sociedade civil organizada, sobretudo a carioca, que neste tempo tem sido atingida pela violência, oriunda da guerra das drogas, fruto do comércio por traficantes e a compra por consumidores, a atuação da CASA VIVER (Projeto da Junta de Missões Nacionais da Convenção Batista Brasileira, sediado no antigo templo da Primeira Igreja Batista em Costa Barros, Rio de Janeiro, RJ) que atende crianças e adolescentes carentes oriundas da comunidade do Chapadão na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, “[...] desde 2017 é um serviço de convivência e fortalecimento de vínculos que atua no amparo de crianças e famílias em situação de vulnerabilidade ou risco social [...] trabalhando na prevenção do uso de drogas [...]”, com atuação nas áreas: educacional, social, psicológica, artística, musical, futebolística e religiosa, além de encontros de orientação com pais, mães e responsáveis, que são as famílias das crianças e adolescentes, que conta com uma denodada equipe de voluntários evangélicos liderados pelo pr. Raone Menezes e, em que pese a pandemia da Covid-19, à luz da proibição pelas autoridades sanitárias de encontros presenciais, “[...] as famílias da comunidade estão sendo assistidas por meio de videoaulas e mantimentos [...]”.

Trabalho de prevenção num local conhecido como área de risco direcionado para crianças e adolescentes que são diariamente expostas à realidade da violência social que a guerra das drogas provoca em sua comunidade como, mais uma vez, detectado numa reportagem da revista Piauí, onde claramente, segundo estatísticas das próprias autoridades policiais, estão os consumidores (compradores) e onde estão os traficantes (vendedores), ambos criminosos, à luz do Ordenamento Jurídico Vigente, sendo que a alta conta da violência em vidas sendo sacrificadas tem sido paga pela população das comunidades carentes que, além da desassistência de serviços públicos essenciais também têm que conviver com a violência social originada na guerra das drogas, pois esta não ocorre na Barra da Tijuca (zona oeste), ou Copacabana e Ipanema (zona sul) do Rio de Janeiro.

Percebe-se que a imprensa nacional demonstra uma incompreensível obsequiosidade no tratamento que jornais e jornalistas dispensam aos usuários de

drogas ilícitas, eis que, são escassíssimas as publicações de notícias que colocam o holofote no consumidor, sempre enfatizando a violência, que é a consequência de mortes de inocentes, mas nunca enfrentando a causa, que é o bilionário mercado de drogas ilícitas, financiado pelo consumo elitizado, até porque não existiria guerra das drogas, se não houvesse compradores com poder aquisitivo para adquiri-las, daí a importância da sociedade compartilhar, sobretudo, com os usuários recreativos, a responsabilidade pelas balas perdidas nos enfrentamentos com mortes, entre traficantes, entre traficantes e policiais, de pessoas que infringem normas legais, às quais devem responder legalmente por seus atos ilícitos, com base no Estado Democrático de Direito, de trabalhadores perdendo vidas, do crescente número de policiais abatidos deixando viúvas e filhos órfãos, de jovens, adolescentes e crianças sendo mortas em salas de aulas, da perda da tranquilidade, do direito a viver em paz nas comunidades, atingindo, inclusive espaços urbanos, como vias públicas e locais nobres da cidade, com o silêncio inaceitável da mídia brasileira, à luz de sua responsabilidade social.

“GPS do crime”

Neste diapasão publica a revista Piauí, do grupo jornalístico Folha de São Paulo, em 15.02.2021, uma instigante reportagem acerca da temática violência, divulgando dados de uma pesquisa do Site Pindorama, da qual são reproduzidas as partes relacionadas à cidade do Rio de Janeiro, à luz da falaciosa fama nacional relativa a violência do dia a dia ser a maior do país, como, às vezes, propalada por grandes redes nacionais, sobretudo, pelo holofote de destaque que a cidade Maravilhosa recebe da nação brasileira, seja por sua lindíssima paisagem, bem como de suas vicissitudes sociais, que a sociedade civil sabe estar presente, em maior ou menor escala, em todas as grandes metrópoles do mundo, sendo que em algumas destas a violência tem maior controle social.

Anota a matéria assinada por Hellen Guimarães e Renata Bueno, sob o título “GPS do crime”, “Um levantamento do site de jornalismo de dados Pindograma destrinchou a distribuição da violência pelos mapas de nove capitais brasileiras e do Distrito Federal. Os números, referentes a 2019 e 2020, baseiam-se nos registros de ocorrência das delegacias de Fortaleza, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Belém, Belo Horizonte, Manaus, Curitiba e Goiânia, além do Distrito Federal. Eles revelam que são os bairros mais ricos do Rio – e não as favelas – que concentram a maior quantidade de casos de posse de droga: em 2019, o Leblon, na zona sul, teve 38 vezes mais re-

gistros desse tipo que Rocinha e Praça Seca juntos. Em 2020, foi o Recreio, na zona oeste, que disparou na liderança. Em relação a homicídios, é de uma área de Salvador o recorde nacional, com quase o triplo de casos que a região de maior letalidade no Rio [...]”.

Prossegue a revista Piauí: “[...] Em 2019, o Leblon teve 38 vezes mais casos de posse de drogas que Rocinha e Praça Seca juntas. Foram 188 registros na DP do Leblon; Praça Seca e Rocinha juntas, as duas delegacias com menos ocorrências na cidade, tiveram dois e três casos respectivamente [...]. A análise dos dados mostra que, enquanto os registros de tráfico predominam nos bairros mais pobres, os de posse de drogas explodem nas localidades mais privilegiadas do Rio. Em 2019, a 14ª DP (Leblon) teve 188 casos desse tipo, quase 38 vezes mais que a 11ª DP (Rocinha) e a 28ª DP (Praça Seca) juntas. Enquanto a maior favela do país contabilizou apenas três casos de posse, o bairro da Zona Oeste, que é palco de constantes confrontos entre facções, teve apenas dois [...]”.

Continuam as jornalistas colocando holofote nos números policiais relativos ao consumo das drogas ilícitas, registrados em áreas nobres, onde vive grande parcela da elite carioca, no Caderno Igualdades, “[...] Em 2020, Recreio teve mais que o dobro de casos de posse de drogas que Copacabana e mais que o triplo de Ipanema – Foram 501 registros na delegacia da zona oeste, que liderou o ranking carioca n ano passado, seguida por Copacabana (200 casos) e Ipanema (149) [...]. O número de registros de posse de drogas explodiu na 42ª DP (Recreio), fazendo a delegacia disparar na liderança desse indicador em 2020. A segunda delegacia com mais casos no Rio teve menos da metade: foi a 12ª DP (Copacabana), com 200. Em seguida, vem a 13ª DP (Ipanema), com 149 registros [...]”.

Conclui o texto: “GPS do crime”, “[...] Na cidade do rio, três bairros concentram um terço das denúncias de homicídios pela polícia. Das 360 denúncias desse tipo feitas à Polícia Civil em 2020, 137 foram registradas na Pavuna, Bangu e Ricardo de Albuquerque. “[...] Pavuna e Ricardo de Albuquerque, na zona norte e Bangu, na zona oeste, totalizaram 137 denúncias de mortes por intervenção policial em 2020. Isso equivale a um terço do total de casos denunciados neste ano na cidade, de 360. Com a pandemia, o estado viu o número de ocorrências desse tipo cair 32% em relação a 2019. Ainda assim, 2020 foi o terceiro ano de maior letalidade policial da década no território fluminense. [...]”, revista Piauí (Folha de SP, 15.02.2021), daí a denominação destes locais, entre outros, de “áreas de risco” no Rio.

Assim, é hora de focar o mercado do consumo de drogas, sobretudo a silenciosa mídia nacional, pois esta tem grande responsabilidade social, até porque, segundo estimativas internacionais, ele envolve cerca de 246 milhões de pessoas no mundo que são usuários de drogas, respondendo a perguntas, tais como: quem são os consumidores, nível de escolaridade, de renda, onde estão, por que consomem, por que não param de consumir, de que ajuda necessitam da sociedade, como veem as consequências sociais de seu consumo e quem sabe, à luz destas e outras respostas, possamos nos mobilizar como sociedade contra uma das maiores causas da violência no Brasil, a começar pelos consumidores, especialmente os recreativos, que são um dos fomentadores deste bilionário mercado em nosso país, visando campanhas na grande mídia, escolas, igrejas, empresas, governos etc., de ajuda aos dependentes, inclusive, por meio de medidas legislativas que imponham tratamentos médicos compulsórios e, sobretudo, contribua concretamente para a conscientização deles da responsabilidade como potenciais financiadores do mercado das drogas e, por consequência da violência, inclusive, com a morte de inocentes.

A mídia e a paz nas comunidades

“A maconha é pop” é o destaque da coluna Informe JB, de Jan Theophilo, No Jornal do Brasil, publicada em 24.06.18, demonstrando objetivamente porque a grande imprensa nacional tem restrições, verdadeiramente fazendo “vista grossa”, e não pautando positivamente o debate para tratar da questão dos usuários de drogas ilícitas, sobretudo as denominadas de uso recreativo por integrantes da alta sociedade brasileira, ao revelar pesquisa interessantíssima, pois, neste caso, diferente dos demais compartilhados neste artigo, foca os desejos dos usuários, mas não destaca as consequências para a sociedade, que é a violência provocada pela disputa pelos pontos de venda de drogas pelo tráfico, que é alimentado pelo consumo, com a morte de inocentes em comunidades, sem o foco midiático.

[...] Estudo realizado pelo Comunica que muda (CQM), iniciativa digital da agência de publicidade nova/sb, mostra que na internet a maconha é popular, defendida mais pelas mulheres (73,8%) e o assunto “pega fogo” mesmo é no Rio de Janeiro (34%), seguido por São Paulo (18,5%). Entre os dias 12 de março e 8 de abril foram analisadas 555.280 menções sobre a maconha nas redes. Desses comentários, 72% foram considerados favoráveis, 14% contra e 14% neutros. O tema é compartilhado por 56,6% dos internautas brasileiros, embora poucas pessoas comentem sobre suas próprias experiências.

Dos que falam sobre a maconha nas redes, mais de ¼ assumem publicamente que usam a erva de forma recreativa (28,1%). As mulheres escrevem mais o tema do que os homens: 56% contra 44%. Entre elas, 73,8% são a favor. Já entre eles são favoráveis 63,9%. Apesar da grande discussão nas redes, a cannabis ainda é tratada de forma superficial. Com relação à legalização, 84,6% são favor, 14% contrários e 4,1% neutros. Nas postagens, 98,6% comentam sobre o uso recreativo e somente 1,4% sobre a utilização medicinal. Desses, 91,7% apoiam a maconha medicinal, 8,3% são neutros e ninguém é contrário, Legaliza, Temer [...]”.

“Usuários e traficantes. Guerra às drogas ganha no Brasil camada de ineficiência por privilegiar prisão de jovens com pequenas quantias”, é a matéria da Folha de São Paulo, 03.06.2018, explicitando o posicionamento editorial do conceituado jornal paulista, respeitado em todo o Brasil,

“[...] Se a questão não se resolve pela via da repressão pura, mais produtiva tem se provado a abordagem de saúde pública e de legalização gradual. Os recursos consumidos hoje pelo proibicionismo sem resultados seriam mais bem aplicados em campanhas educativas e de redução de danos. A transição não será fácil

nem simples, tendo em vista a inclinação contrária de parte considerável da população. Por tal razão, esta Folha defende que o processo de liberalização ocorra de maneira paulatina, começando pela maconha, e seja necessariamente submetido a consulta popular [...]”.

onde, como sempre, mais uma vez e, repetidamente, a mídia nacional se abstém de focar o principal, pois não é o pequeno consumidor, enfocado na matéria da Folha, o qual, na maioria das vezes é um dependente químico que carece de tratamento médico, que provoca a guerra do tráfico e, sim, a disputa de pontos de venda entre os traficantes pelo usuário recreativo de drogas, em quem não se coloca propositadamente o holofote midiático, talvez por afetar a alta sociedade, eis que, é uma das explícitas causas da violência nas comunidades, que provoca as balas perdidas e mortes de inocentes, pelo fato de residirem em locais carentes, negando-lhes a paz.

Neste diapasão o jornal O Globo, 31.05.18, publicou matéria intrigante, “Proporção de fumantes no Brasil caiu 36% na última década. Prevalência do uso do tabaco recuou de 15,7% em 2006 para 10,1% em 2017.”, destacando que



“Estratégias seguidas por vários governos. Na avaliação do próprio ministério, a redução no consumo do tabaco no Brasil é resultado de uma série de ações desenvolvidas pelo governo federal para combater o tabagismo, como o estabelecimento de preços mínimos e a legislação que proibiu o consumo de cigarros e outros produtos derivados ou não do tabaco, incluindo narguilés, em ambientes de uso coletivo, públicos ou privados”,

referido texto demonstra concretamente que deu certo na sociedade brasileira a rejeição do cigarro como mote de *status social*, “a famosa terra de Marlboro”, e segue a reportagem divulgando pesquisas científicas realizadas no Instituto Nacional do Câncer (Inca), com adolescentes de 15 a 17 anos.

“[...] São cerca de 100 mil adolescentes que fumam diariamente no Brasil. Se eles não mudarem seu comportamento de fumar e adotarem hábitos de vida saudáveis, para além dos malefícios do de curto prazo, terão na fase adulta um risco aumentado de desenvolvimento de doenças crônicas – alerta André Szkdo, tecnologista do Inca e coautor do estudo [...]”,

este uma droga legal e socialmente aceita, mas com efeitos perversos sobre a saúde dos usuários, deixando marcas para toda a vida do consumidor e um alto custo para a sociedade em tratamentos médicos; mas as guerras das drogas ilícitas nas comunidades, onde se pretende haja paz, sem violência com moradores, sobretudo, balas perdidas, seja de policiais ou de traficantes, não ocorrem por causa de cigarros, que são legalmente vendidos e comprados pelos usuários, que tem substancialmente diminuído numa bem-sucedida atuação da sociedade, inclusive, por meio de leis e estratégias governamentais, que não passam pela leniência social e, sim, pela prevenção.

Grandes jornais noticiando usuários recreativos

A mídia nacional, especialmente os grandes jornais, como O Globo, Estadão, Jornal do Brasil e Folha de São Paulo, começaram, recentemente, a focar a questão do consumo recreativo de drogas ilícitas, destacando-se uma matéria de página inteira na página de cultura “Caderno B”, publicada no Jornal do Brasil, 07.03.18,

“O tráfico dançou. Mercado de maconha para fins recreativos nos EUA gera negócios que arrecadaram U\$ 220 milhões em impostos no ano passado. Denver tem até ônibus para usuários viajarem [...] Enquanto isso, no Brasil, jovens pobres, negros e brancos, quase pretos de tão pobres, continuam lotando presídios apenas porque alguns deputados não gostam do cheiro de seus cigarros”,

deixando de destacar que quem vai preso é o pequeno traficante, e não o consumidor da droga, que fomenta este bilionário mercado, e que faz vítimas inocentes, das denominadas balas perdidas, nas comunidades carentes na guerra das drogas ilícitas entre a polícia e os traficantes, num modelo repressor que é, por hora, a opção do Estado brasileiro que, inclusive, aplica a política pública de redução de danos, a qual também vem enfrentando dificuldades no espectro social, como bem destacado por Arnaldo Bloch, em O Globo, 13.03.18, no texto: “Drogas & Utopia”, quando expõe o embate que a sociedade brasileira tem citado exemplos de Portugal, Uruguai e EUA, expondo a tendência do STF, e até a expor que

“[...] Cogito enviar um zap para Raul Jugmann: “Ministro, o senhor já pensou na hipótese de o grande financiador do tráfico ser o proibicionismo? [...]”,

entretanto, o ilustre articulista do Globo nada fala sobre as inocentes vítimas mortas. Certo é que necessitamos enfrentar esta temática trazendo os usuários de drogas ilícitas para o palco, contando que a mídia deixe de agir com parcimônia, se não a paz nas comunidades continuará a ser um produto de luxo que só é alcançado para quem no recanto de seu luxuoso lar recebe a droga em casa.

Num outro diapasão, Tereza Cruvinel, em sua coluna, “Coisas da política”, Jornal do Brasil, de 01.03.18, compartilha a opinião do vice-governador do Rio, Francisco Dornelles,

“Em todo comércio, enquanto houver demanda, haverá oferta. É preciso combater também o flagelo do consumo, com campanhas educativas, com abordagem penal para diferentes tipos de drogas.”;

posição que foi prontamente rebatida por Nelson Motta, no O Globo, de 02.03.18, quando exemplifica que o modelo “Tolerância zero”, do prefeito Rudolph Giuliani, de Nova York, EUA, quando controlou a violência na Big Apple, existindo lá usuários de drogas, mas não o controle de espaços públicos por traficantes, contudo, ele se esqueceu de enfatizar que as punições das leis norte-americanas, tanto para traficantes, como para usuários, são rigorosíssimas, e são aplicadas para valer, sem subterfúgios legais, ou tratamentos amenizadores para quem infringe a lei, diferente daqui, onde, ao contrário, foram suavizadas, em atendimento à proposição de política que o consumo de drogas está adstrito a questão de saúde pública; o que, também foi mote de debate em O Globo de 01.03.18, com uma posição contra e outra a favor à manifestação do Ministro.

Classe média carioca – frouxidão de valores

É de destacar a fala do Ministro Raul Jungmann, do Ministério Extraordinário da Segurança Pública, que teve a inédita coragem, na condição de autoridade pública, de responsabilizar publicamente os usuários de drogas recreativas, nas palavras dele, como reproduzido pelo Estadão, de 27.02.18, “Jungmann diz que classe média reclama do crime e financia o tráfico. Em seu discurso de posse como ministro extraordinário da Segurança Pública, Raul Jungmann criticou o comportamento da classe média que, segundo ele, apesar de reclamar da insegurança, é usuária de drogas que financiam o crime.

“Me impressiona o exemplo do Rio, durante o dia [pessoas] clamarem contra a violência, contra o crime, e à noite financiarem esse mesmo crime através do consumo de drogas”, afirmou o ministro. Para ele, a “frouxidão de valores” leva às drogas pessoas de classe média às quais “nada falta, aqueles que têm recursos”;

estes usuários abastados de drogas ilícitas que a mídia não enfoca, ou, quando raramente são colocados sob os mesmos holofotes midiáticos, são tratados de forma VIP, sendo glamorizada a prática ilícita do consumo recreativo de drogas, o que, em última análise, também ajudou a provocar a Intervenção Federal Civil na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, transferindo seu comando para um representante do Exército Brasileiro, nomeado pelo presidente da República, é a mesma mídia que se junta à classe média para clamar por paz nas comunidades cariocas, olvidando que o comprador financia indiretamente o grande negócio da droga no país.

Mapa do consumo de drogas carioca e nacional

Uma *pérola* a nota na publicada na prestigiada coluna de Ancelmo Gois, em O Globo, de 17.02.18, com relação à temática:

“Questão das drogas. Eduardo Eugênio, presidente da Firjan, aplaude a intervenção. Mas acha que uma parte da sociedade tem culpa da situação atual: Eu me refiro aos usuários de drogas. Eu sou favor da descriminalização. Mas enquanto ela não chega, os bonitinhos da Zona Sul que cheiram cocaína precisam saber que estão alimentando o crime [...]”,

se soma a outra, inusitada nota publicada na concorrida coluna de Ancelmo Gois, em O Globo, de 18.02.18,

“Caraaaaamba! A síndica de um prédio de Icarai, em Niterói, disse na reunião de condomínio que a caixa

de esgoto ficou entupida por causa de cápsulas de cocaína. Um morador sugeriu que um pedido fosse colado nos elevadores: “Por favor, depois de cheirar, deposite sua cápsula de cocaína na lixeira”. Mas a ideia foi negada.”;

as duas notas sobre o uso recreativo das drogas chamam a atenção para uma das maiores causas, se não a principal razão da violência no Rio de Janeiro, que tem sido olvidada pela grande mídia nacional.

Necessitamos como sociedade nos mobilizar contra a violência em nosso país, enfocando um de seus aspectos que é o tráfico de drogas, a começar pelo esclarecimento de onde vem o financiamento, especialmente pelas razões, inclusive, questões existenciais, que levam pessoas ao consumo das drogas, lícitas e ilícitas e, sobretudo, nos posicionar, em prover ajuda, orientação, numa atuação preventiva, tratamento adequado etc. e, ao mesmo tempo, estabelecer sanções legais pesadas, especialmente pecuniárias para os consumidores, no que tange ao chamado “consumo social”, que é sabidamente uma das maiores razões da existência do grande mercado da venda de drogas, sobretudo nas altas camadas da sociedade, que defende sua descriminalização; não sendo focado pela grande mídia, a parte de responsabilidade do usuário de drogas, com ênfase diária nas consequências da guerra do tráfico, mas olvidando investigação de quais as razões dessa guerra entre traficantes, ou seja, por que estes vendedores de drogas disputam arduamente pontos de venda de comercialização? A resposta a esta pergunta certamente contribuiria para ajudar a combater as causas de tantas vidas de inocentes ceifadas.

Drogas delivery: Brasília, Zona Sul e Barra da Tijuca

“DROGA DELIVERY” NA ESPLANADA. A Polícia do Distrito Federal cumpriu [...] 28 mandados de prisão e 35 de busca e apreensão em uma operação contra o tráfico de drogas em Brasília, Entre os alvos da ação estavam uma estagiária do Ministério Público Federal (MPF) e um funcionário do gabinete de um parlamentar da Câmara dos Deputados. De acordo com os investigadores, os traficantes vendiam drogas, principalmente cocaína, para servidores, públicos na Esplanada dos Ministérios, inclusive, órgãos federais. A operação foi deflagrada após um ano de investigações que apuram o tráfico de drogas na região central de Brasília. As encomendas eram entregues pelo sistema “delivery” nome que foi dado à operação. A Polícia Civil informou que, além do cumprimento de mandados, foram apreendidos drogas e dinheiro. Ainda de acordo com a polícia, essa é a primeira fase da operação. Segundo G1, apesar de envolverem servidores públicos, os man-

dados foram cumpridos apenas nas casas dos alvos das investigações, suspeitos de fornecer a droga para clientes de classe média e alta [...]”.

Notícia publicada no “Globo”, num canto de página, dia 07.02.18, chamando a atenção da ausência de ênfase, como sempre ocorre em outros delitos, na condenação social daqueles que praticam o crime do uso de substâncias proibidas por lei, como estabelecido no Ordenamento Jurídico Nacional, numa costumeira blindagem midiática dos usuários consumidores.

Numa outra matéria o Jornal “O Globo”, 01.12.17, numa matéria que raramente é enfocada destaca que “Polícia desarticula disque-drogas, demonstrando objetivamente a razão principal da guerra do tráfico pelo comando dos pontos de venda de drogas, que têm ceifado a vida de vítimas inocentes em comunidades carentes, inviabilizando a convivência pacífica de moradores destas áreas de conflito social, sobretudo por meio de balas perdidas, à luz de uma atuação ostensiva dos comandantes e soldados que operacionalizam a disponibilização do acesso às drogas ilícitas aos usuários recreativos, dependentes químicos etc., especialmente os de alto poder aquisitivo, sendo que estes aquinhoados socialmente não são expostos a riscos, recebendo suas encomendas tranquilamente, em locais seguros, pois essa é a função do “disque-drogas”, alimentar sua percepção de vida, em detrimento daqueles que pelo simples fato de não terem condições econômicas de residirem em áreas com os necessários equipamentos de segurança pública, são, por razões alheias à sua própria vontade, vulnerabilizados no seu viver diário, como consequência deste violento e bilionário mercado de drogas no Brasil.

É explicitado na reportagem que “Com faturamento mensal de R\$ 900 mil, quadrilha atuava nas zonas Sul e Oeste”, e mais, assevera que

“[...] a principal quadrilha que distribuía drogas em domicílio no Rio [...]”, indicando a Polícia Civil que “[...] ela agia em bairros da Zona Sul e também na Barra da Tijuca e no Recreio dos Bandeirantes, na Zona Oeste. [...]”, acrescenta, ainda, o texto jornalístico: “[...] O bando comprava Skank, cocaína e maconha na Favela Rocinha e revendia o material a partir de encomendas recebidas por telefone [...]”. Chama a atenção que esta atuação da Delegacia de Combate às Drogas (DCOD) direcionou-se aos vendedores, não focando os compradores, que são os consumidores, sendo que eles destacam que “[...] o grupo atuava principalmente junto a clientes de alto poder aquisitivo. Ao todo, eram mais de 800 entregas por semana [...]”, e complementa a reportagem do Jornal “Globo”, de 01.12.17, “[...] O faturamento mensal com a atividade criminosa é estimada pela polícia em aproximadamente R\$ 900 mil [...]”.

A notícia que explica uma das principais razões da guerra entre traficantes pelo domínio dos pontos de venda de drogas, e suas inocentes e maiores vítimas, que são os moradores de comunidades, os quais são expostos ao enfrentamento entre a polícia e os traficantes, olvidando-se as consequências do consumo de drogas ilícitas, especialmente para uso recreativo, como uma das principais fontes para violência na sociedade brasileira.

Enquete: drogas, sim ou não?

É de se destacar que o Jornal “O Globo”, de 01.10.17, propôs um salutar debate questionando se “A legalização das drogas diminuiria a violência no Rio”, demonstrando que “especialistas se dividem e expõem seus pontos de vista diante da atual situação da cidade”, do lado que SIM enfocamos a resposta de ILONA SZBÓ, Diretora-Executiva do Instituto Igarapé,

“Com a legalização e a regulação do mercado, tiramos uma fonte de renda de grupos armados que controlam territórios, a banda podre da polícia e políticos. Hoje não existem critérios objetivos que diferenciem usuário e traficante. Por isso, uma pessoa apreendida com maconha, por menor que seja a quantidade, pode ficar meses presa e sem julgamento. Quando esta pessoa for libertada, estará estigmatizada pela sociedade e muitas portas se fecharão para ela. Deveríamos investir em políticas públicas, como combate à evasão escolar, que impeçam a formação de novos consumidores de drogas. No entanto, a tática adotada é repreender, e isso é o mesmo que enxugar gelo”, e

do lado NÃO, focamos a resposta de ANTÔNIO GERALDO DA SILVA, Presidente da Associação Psiquiátrica da América Latina (APAL),

“Legalizar só aumenta o acesso às drogas, não inibe o tráfico, que continua oferecendo o produto mais barato e sem impostos que financiam a violência. É um contrassenso as pessoas pedirem cultura de paz, mas continuarem comprando e consumindo entorpecentes. Como médico, não posso defender a legalização de substâncias que desenvolvem a dependência química, que é tratada como uma doença mental. O uso de drogas tira a pessoa do seu estado de mentalidade normal, a faz perder a noção do que é lícito ou ilícito, o que contribui para o aumento dos índices de acidentes e de violência doméstica e urbana”.

Glamorização da mídia de usuários famosos

O que chama a atenção é a glamorização da mídia a casos de ricos que se envolvem com drogas ilícitas, e o pouco holofote que é colocado sobre esses perso-

nagens da alta sociedade, bem como a ausência do debate do tema do uso recreativo de drogas por essa camada social, e os reflexos na violência cotidiana das comunidades carentes, onde a guerra do tráfico pelos melhores pontos de venda acontece todos os dias, num silêncio obsequioso dos meios de comunicação – rádio, televisão, jornais, revistas, portais da internet, redes sociais etc. – pois raramente estes cidadãos são retratados socialmente como dependentes, conseqüentemente, necessitados de tratamento médico, psicológico etc., e que o uso das drogas por esta camada socialmente abastada é um dos fatores que fomenta a violência nas comunidades, pois continuamos a combater as conseqüências, e não a causa, que é o consumo desenfreado de drogas ilícitas, daí o efeito pedagógico para a juventude a divulgação de matérias como a publicada no Jornal “O Globo”, no dia 17.12.17, “História de cinema no mundo real – Meu nome não é Johnny. É Bernardo Russo”, onde registra “Advogado bem-sucedido do Rio, com histórico acadêmico exemplar, é acusado de pertencer a uma das maiores quadrilhas de tráfico de drogas da Zona Sul”, pelo que, destacamos alguns excertos da reportagem que compara trajetórias de abastados personagens da Zona Sul do Rio, um dos quais serviu de fonte para filme.

[...] De principal fornecedor de cocaína das altas-rodas da sociedade carioca, João Guilherme Estrella passou a operador de uma rede de “mulas” para envio de drogas para a Europa. Até ser descoberto pela polícia. Uma história revelada pelo jornalista Guilherme Fiúza no livro “Meu nome não é Johnny”, que virou sucesso no cinema. Uma década antes, outro abastado morador da Zona Sul ficara famoso ao ser acusado, em 1984, de levar cocaína para a Europa dentro de latas de sardinha [...], “[...] Grampos telefônicos, de acordo com a polícia, revelaram que Bernardo negociava drogas com traficantes da maior favela do Rio e as repassava a consumidores de classe média alta no asfalto. O “delivery” era responsável, de acordo com a investigação, por mais de 800 entregas por semana. O faturamento mensal foi estimado pelos policiais em R\$ 900 mil [...], “[...] O “delivery” mantido pelos acusados fazia chegar aos clientes, em casa ou em qualquer outro lugar, drogas como skank, maconha e cocaína. O serviço tinha grande procura entre usuários de alto poder aquisitivo não só pela comodidade, mas também pelo fato de os entregadores serem de qualidade [...].”

Rompendo a blindagem midiática ao consumidor recreativo de drogas, que raramente é focada por seus articulistas, inclusive no que se refere à autonomia de escolha de vida destes, diferente do enfrentamento repressivo a venda, resultando na guerra do tráfico, onde as vítimas de “balas perdidas” são os moradores

de comunidades carentes, inocentes seja na venda, seja na compra de drogas ilícitas, que é debatida a exaustão, em matérias, reportagens, artigos e colunas, o Jornal “O Globo”, em 20.12.2017, prestou grande serviço social quando publica, ainda que em tom de crítica, a matéria: “Política nacional sobre drogas”, sob o tema: “Cercos dependentes”,

“Diretriz proposta pelo governo vai contra a legalização e defende leis mais duras para usuário”, quando notícia: “[...] O ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, propôs uma nova Política Nacional sobre Drogas para o país, com diretrizes claras contra a legalização de substâncias ilícitas e a favor de maior endurecimento da lei em relação aos usuários e foco no tratamento de dependentes. A proposta do governo vai no sentido oposto à chamada política de “redução de danos” que um viés menos punitivo em relação aos usuários. [...] O projeto de resolução apresentado por Terra vai na contramão do que está em discussão atualmente no Judiciário. Diz, por exemplo, que a “orientação central da política nacional sobre drogas deve considerar aspectos legais, culturais e científicos, em especial a posição majoritariamente contrária da população brasileira quanto a iniciativas de legalização das drogas [...]”.

Está na ordem do dia o debate em busca de soluções para a complexa temática do consumo de drogas ilícitas, a questão que se coloca, como sociedade, é: “É possível compatibilizar o desejo dos compradores, usuários recreativos, os quais, também têm direito às suas escolhas existenciais, à sua autonomia de vontade pessoal (resguardados os dependentes químicos para quem deve ser assegurado tratamento médico), sobretudo, de alto poder aquisitivo, como os que fazem suas encomendas pelos “disque-drogas”, com a devolução da tranquilidade aos moradores de comunidades carentes, vítimas da violência, perdendo suas vidas, sem direito a escolhas, na disputa dos pontos de venda de drogas entre os traficantes e atuação policial repressiva, direcionada aos vendedores, neste inflamado bilionário mercado de drogas?”, para que, tanto os bem-nascidos possam usufruir seu livre arbítrio pessoal, como pessoas que são moradores de áreas desprovidas de serviços públicos, quase nunca acessíveis a estes cidadãos desassistidos pelos governos, possam viver livres de riscos, com a dignidade da pessoa humana, pilar do arcabouço jurídico nacional.

Num tempo em que a sociedade clama por ética na vida pública e privada, por um viver baseado em princípios humanitários e valores que assegurem igualdade entre as pessoas, em que o combate à corrupção entrou na ordem do dia, que a pirataria de produtos é crime, e a rejeição social começa a atingir

A ciência da prevenção demonstra que os ambientes tornam-se saudáveis e seguros quando se multiplicam os fatores de proteção e reduzem-se os fatores de risco, tornando o ambiente resistente ao uso de drogas

os que compram produtos piratas, necessitamos, como sociedade, responsabilizar severamente os usuários, que são os consumidores, que demandam os serviços de criminosos como o “disque-drogas”, para que, como sociedade civil organizada, encontremos soluções, pois, tanto a “política repressora da venda”, como a “política de redução de danos”, implementada pelo Governo Federal há mais de duas décadas, não têm surtido os efeitos desejados socialmente; assim, não adianta a repressão da venda se continua a existir o mercado do usuário-consumidor; num contraponto religioso, cremos que as igrejas têm grande contribuição social.

Programa nacional de prevenção ao uso de drogas

Os pesquisadores do Programa nacional de prevenção ao uso de drogas (“Movimento VIVER”) apontam em seus materiais impressos, dos quais transcrevemos os denominados “[...] Fatores de proteção e os fatores de risco que, respectivamente, dificultam o acesso e a utilização de drogas, e de outro lado, criam um ambiente favorável ao consumo, sendo estes – **Fatores pessoais:** proteção – autoestima desenvolvida, risco – insegurança; **Fatores familiares:** proteção – pais que acompanham as atividades dos filhos, risco – pais muito exigentes; **Fatores escolares:** proteção – bom desempenho escolar, risco – baixo desempenho escolar; **Fatores sociais:** proteção – informações adequadas sobre as drogas e seus efeitos, risco – colegas usuários; ainda, outros de proteção estão relacionados ao bem-estar emocional, o apego

à família, a responsabilidade do cuidado dos pais com os filhos, altos níveis de acolhimento familiar, regras consistentes e claras, encorajamento à participação das crianças nas responsabilidades da família, ambiente de sustentação emocional, envolvimento dos pais nas atividades relacionadas à escola, comunidades e escolas organizadas. Esses são fatores que diminuem a possibilidade dos adolescentes e jovens optarem pelo uso de drogas [...]”.

“[...] Fatores de risco podem envolver negligência e abuso na família, falta de envolvimento dos pais na vida dos filhos, falta de disciplina, uso de substâncias e aprovação do uso por pais ou irmãos, traços de personalidade, falta de ambientes favoráveis ou vínculos quebrados nas escolas e comunidade, processos biológicos, entre outros. A ciência da prevenção demonstra que os ambientes tornam-se saudáveis e seguros quando se multiplicam os fatores de proteção e reduzem-se os fatores de risco, tornando o ambiente resistente ao uso de drogas. Essa pode ser uma das estratégias que, somadas a outras, podem prover proteção a crianças [...]”; enfatizando-se a glamorização em programas de televisão, rádios, livros, jornais, revistas, redes sociais, filmes, novelas, peças teatrais etc., de personagens famosos que se declaram consumidores de drogas, numa tentativa de buscar a descriminalização do uso recreativo, o que, inclusive, está entre os processos para serem julgados pelo Supremo Tribunal Federal, posicionamento controverso que não conta com unanimidade na sociedade brasileira.

A estes movimentos solidários somam-se vários outros esforços, entre os quais destacamos: “Todos Contra as Drogas”, do Ministério Público de Mato Grosso, a Frente Parlamentar Mista de Combate ao Uso de Drogas, composta de Senadores da República e Deputados Federais, em Brasília, DF, o movimento conhecido como “Alcoólicos Anônimos”, “Narcóticos Anônimos”, e diversos outros grupos de ajuda a usuários de drogas, lícitas e ilícitas, além do Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, mantido pela Polícia Militar nas Escolas e, ainda, iniciativas como a do Centro de Juventude Cristã, que disponibiliza o “Curso Resgate & Vida”, visando prover capacitação de voluntários para prevenção do uso de drogas, sobretudo nas famílias, para igrejas no apoio e ajuda na recuperação de dependentes químicos.

Igualmente, nos precaver com a adoção de medidas que efetivamente resguardem ou resgatem, sobretudo, adolescentes e jovens e, conseqüentemente, suas respectivas famílias, que têm sido vítimas deste flagelo mundial. Esta é sabidamente uma questão de ordem pública que tem destruído famílias, por

isso, existem louváveis iniciativas, especialmente as denominadas Casas de Recuperação de Dependentes em Drogas e as Comunidades Terapêuticas, além de outras atuações de conscientização social, como o organizado pelo Movimento VIVER (<http://www.movimentoviverjmn.org.br>); e ainda, iniciativas públicas ou privadas, religiosas ou seculares, os quais têm se destacado por envolver-se em alguns movimentos sociais em prol da comunidade, em lugares altamente necessitados que, pela atuação de voluntários, inclusive dependentes recuperados, têm se transformado em Cristolândias, beneficiando pessoas e famílias por todo o país.

Numa atuação efetiva da sociedade civil organizada pela mobilização contra a violência no Brasil, neste caso no enfoque ao resgate de vidas das drogas, lícitas ou ilícitas, seja também atuando na prevenção do uso, que não é a única resposta, mas tem sido uma das mais eficazes, inclusive, respaldada pela academia, por meio de trabalhos de pesquisa publicados, como o registrado no livro “Crack e exclusão social” de 2016, organizado por Jessé Souza, e publicado pelo Ministério da Justiça e Cidadania, Brasília, DF que, após analisar vários projetos e programas, inclusive laicos, existentes no país, cita o Programa Cristolândia como exemplo de programa e forma de trabalho para recuperação de usuários “O Programa de Deus” para o sujeito é total. Esse quadro fica claro quando analisamos a instituição de recuperação de usuários de crack, a Cristolândia, um braço da igreja batista [...].

“[...] A Cristolândia funciona como uma rede nacional de “postos de socorro” destinados a usuários de crack, o que acaba por atender também usuários de outras drogas que também se encontram em posição de extrema vulnerabilidade, e uma parte considerável desses é formada por população de rua. A esses são oferecidos alimentos, roupas, acesso a higiene, primeiros cuidados, como também assistência religiosa e “psicológica”, por meio de cultos, palestras (“testemunhos”) e conversas. Nesse sentido, a Cristolândia funciona aos moldes de um programa de redução de danos, no qual não há internação, mas busca-se aliviar os efeitos mais degradantes gerados por esse estado de vida, e abrir possibilidades para uma terapia mais intensiva [...]”, pelo que auguramos que estas iniciativas se multipliquem no mote bíblico, para somar sua atuação comunitária a outras forças sociais que também visam a “busca por um mundo melhor” para todos os cidadãos de bem.

Neste cenário, as agências do reino de Deus têm uma grande responsabilidade, à luz da perspectiva religiosa na prevenção (para crianças e adolescentes) e

restauração (para jovens e adultos) de vidas na guerra das drogas, como a atuação da CASA VIVER (que é sustentada por ofertas e contribuições missionárias, além de parcerias e doações, públicas e privadas), sejam as igrejas situadas em “áreas de risco”, geralmente comunidades carentes, onde, com base nas estatísticas dos homicídios divulgadas, encontram-se os comerciantes das drogas, as quais necessitam de ajuda externa para atender as demandas existenciais e carências espirituais da população mais pobre que, conseqüentemente, até por falta de opções, vivem com todas as limitações sociais para sobreviver, resistir e encontrar alternativas vivenciais junto à sociedade civil organizada contrapondo-se à opção do envolvimento com a guerra das drogas, para que possam além de pregar e orar, dentro de sua prática religiosa, realizar ações sociais que, efetivamente, ajudem as pessoas e famílias que têm sido cooptadas pela rede mundial do tráfico de drogas lícitas ou ilícitas, pois, a realidade dos números na pesquisa não é diferente em outras grandes cidades do país, os quais revelam uma visão panorâmica da violência social que tem atingido o Brasil, como divulgado na matéria “GPS do crime”, pela revista Piauí (Folha/SP).

De igual forma, as igrejas situadas em áreas nobres, onde, segundo as autoridades policiais, encontram-se os consumidores das drogas, geralmente bairros da elite, as quais necessitam engajar-se, ainda mais, ativamente numa atuação profética, onde vivem pessoas da alta sociedade, para repudiar contundentemente o uso recreativo das drogas, pois esta atuação fomenta o mercado bilionário das drogas, trazendo conseqüências nas áreas carentes, ceifando, na maioria das vezes, vidas inocentes, provocada pela guerra das drogas, especialmente promovendo campanhas de conscientização, grupos de apoio a dependentes, encaminhamento a comunidades terapêuticas, suporte psicológico às famílias etc.; assim, as igrejas, fundamentadas na mensagem de transformação espiritual, que é a proposição de Cristo: “Vida em abundância”, que tem reflexos sociais, (eis que, atua diretamente na dignidade da pessoa humana, tanto a que vende, como a que compra drogas), independentemente de onde estejam situadas, inclusive, as igrejas situadas em “áreas neutras” são verdadeiros faróis de esperança, numa atuação de forma propositiva e holística junto às pessoas, sobretudo as mais carentes, promovendo investimento de recursos, tempo e talentos de voluntários, que são fiéis, em ações como a CASA VIVER, eis que, instrumentos divinos para prover suporte ao espírito, à alma e ao corpo, numa sociedade desesperançada. “Porque a criação aguarda com ardente expectativa a manifestação dos filhos de Deus”.



Cinco mitos sobre administração de conflitos

Existem vários mitos sobre administração de conflitos que, em vez de auxiliar numa possível solução, causam grandes e desnecessários atrapalhes, dificultando ainda mais a resolução do problema. Mesmo quem atua nessa área pode, às vezes, deixar-se levar por esses conceitos equivocados. Eis os cinco principais mitos sobre administração de conflitos.

1. Todos os conflitos têm solução

Infelizmente, não. As pessoas têm valores e percepções diferentes a respeito da mesma situação ou circunstância, e enxergam as coisas da sua própria maneira o que torna, às vezes, impossível uma solução aceitável. Mesmo assim, na maior parte das vezes, é possível administrar satisfatoriamente os conflitos,



Ernesto Berg

Consultor de empresas, professor, palestrante, articulista, autor de 14 livros, especialista em desenvolvimento organizacional, negociação, gestão do tempo, criatividade na tomada de decisão, administração de conflitos.

desde que sejam adotados os comportamentos e processos adequados a cada caso.

2. Os conflitos se resolvem sozinhos

É o mesmo que dizer que, se evitado, pode ser que o conflito desapareça automaticamente. Ocasionalmente, questões de menor importância podem se resolver sozinhas, mas isso muito raramente ocorrerá.

A verdade é que quanto mais se espera para resolvê-lo, o conflito ganha corpo e torna-se cada vez mais difícil gerenciá-lo. Na maioria das vezes uma situação ou comportamento inadequado e impróprio, quando não confrontado, não mudará para melhor. Ao contrário, ele tenderá a piorar se não for identificado e tratado a tempo.

3. Numa empresa sólida e atuante não existem conflitos

Se for assim pode-se também afirmar que num casamento feliz jamais existem divergências entre o casal. A simples existência do conflito não é relevante, porque o ser humano é fortemente emocional e dotado de múltiplas aspirações e interesses, por isso, as divergências, cedo ou tarde, acontecerão. A maneira como se lida com o conflito e é solucionado, é que mede o verdadeiro grau de competência do gestor.

4. Depois de um conflito sempre haverá animosidade entre as partes envolvidas

Pode acontecer. Entretanto, embora possa parecer contraditório, não raro o conflito pode ajudar a formar bons relacionamentos, mais adiante. Uma opinião ou impressão inicial negativa, poderá sofrer modificações após novas discussões e abordagens, determinando uma mudança em seu modo de ver o problema – por parte de ambos – a ponto mesmo de chegar a fortalecer as relações entre as partes.

A verdade é que quanto mais se espera para resolvê-lo, o conflito ganha corpo e torna-se cada vez mais difícil gerenciá-lo

5. Num conflito sempre existirá um ganhador e um perdedor

Não necessariamente. Embora um ganha-perde possa realmente ocorrer tudo, no entanto, vai depender de como o caso é abordado e tratado, e das posições que cada lado assume. É possível administrar a maioria das divergências, pois existem inúmeros bons instrumentos e alternativas para lidar com confrontos e problemas satisfatoriamente.

Resumindo, existem duas perspectivas de como lidar com conflitos: a tradicional e a moderna.

- **Na visão tradicional, os conflitos:** representam sempre um grande mal, devem ser prontamente abafados e eliminados, e são sempre causados por indivíduos problemáticos.
- **Na visão moderna, os conflitos:** são inevitáveis – por serem resultado natural da convivência entre seres humanos – frequentemente benéficos, e podem ser satisfatoriamente administrados na maioria das vezes.

Texto extraído e condensado do livro Administração de conflitos, de Ernesto Berg, Juruá Editora.

